

## FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: Código do Imposto do Selo (CIS)  
Artigo: 1.º, n.º 3, al. h; 2.º, n.º 2, al. b) e 4.º, n.º 4, al. e)  
Assunto: Tributação de valores distribuídos em resultado da liquidação de uma estrutura fiduciária  
Processo: 2018001067 - IVE n.º 14190, com despacho concordante de 20.08.2018, da Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira

Conteúdo: **I – PEDIDO**

Nos termos do artigo 68.º da Lei Geral Tributária (LGT) foi apresentado um pedido de informação vinculativa sobre a sujeição a Imposto do Selo (IS), a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) ou a outros impostos, de valores distribuídos em resultado da liquidação de uma estrutura fiduciária a sujeitos passivos que não as constituíram.

**II – FACTOS**

- 1 – O Requerente é um cidadão de nacionalidade inglesa e, atualmente, está reformado e reside no Reino Unido.
- 2 – Em 1995-11-09, a empresa ...., na qual o Requerente trabalhava, constituiu um *trust* – "...".
- 3 – Este *trust* está localizado nas Ilhas do Canal e, inicialmente, foi gerido pelo ....., sendo, atualmente, gerido pela ....., em Guernsey.
- 4 – A presente estrutura fiduciária tem quatro beneficiários, incluindo o Requerente.
- 5 – O Requerente pretende tornar-se residente não habitual em Portugal e receber a totalidade da parte que lhe pertence no *trust*, continuando a restante parte do mesmo em poder dos outros três beneficiários.
- 6 – Conforme resulta do pedido, o Requerente pretende transferir para Portugal os valores monetários a distribuir em resultado da liquidação do *trust* e depositá-los numa instituição com sede, direção efetiva ou estabelecimento estável em território nacional.
- 7 – Em face do exposto, pretende que lhe seja prestada uma informação vinculativa, nos termos do art.º 68.º da LGT, esclarecendo se a situação fáctica relatada integra o âmbito de incidência de IS, IRS ou outros impostos.

**III – ANÁLISE DO PEDIDO**

Não obstante o referido no ponto II. 7, o Requerente, no formulário de submissão do presente pedido de informação vinculativa, circunscreveu o mesmo apenas à área tributária – I. Selo, pelo que, a análise se circunscreve à sujeição ou não da factualidade apresentada a IS.

O Requerente vem solicitar esclarecimento sobre a incidência de IS no que respeita a valores distribuídos em resultado da liquidação de estruturas fiduciárias a sujeitos passivos que não as constituíram.

Vejamos,

Diz-nos o n.º 1 do art.º 1.º do CIS que "*o imposto do selo incide sobre todos os atos, contratos, documentos, títulos, papéis e outros factos ou situações jurídicas previstos na Tabela Geral, incluindo as transmissões gratuitas de*

*bens*", estabelecendo, logo de seguida, na al. h) do n.º 3 da mesma norma que "os valores distribuídos em resultado da liquidação, revogação ou extinção de estruturas fiduciárias a sujeitos passivos que não as constituíram" são considerados transmissões gratuitas, para efeitos da verba 1.2 da Tabela Geral de Imposto do Selo (TGIS), sendo, assim, tributados à taxa de 10%.

Ora, no caso em apreço, admitindo que o Requerente é apenas beneficiário do *trust*, não tendo sido ele mesmo o respetivo *settlor* desta estrutura fiduciária, a operação de liquidação do *trust* e a consequente distribuição de valores que o Requerente pretende efetuar, enquadra-se nas normas de incidência objetiva do CIS, designadamente na al. h) do n.º 3 do art.º 1.º do CIS, consubstanciando, portanto, uma transmissão gratuita, tributada à taxa de 10% sobre o valor resultante da liquidação do *trust* na parte referente ao Requerente.

Por sua vez, de acordo com a al. b) do n.º 2 do art.º 2.º do CIS, nas transmissões gratuitas, o imposto é devido pelos respetivos beneficiários.

Desta forma, sendo certo que o Requerente é beneficiário do *trust* será sujeito passivo de IS nos termos da al. b) do n.º 2 do art.º 2.º do CIS, enquadrando-se, igualmente, nas normas de incidência subjetiva do CIS.

Relativamente às normas de incidência territorial do CIS, estabelece o n.º 3 do art.º 4.º do CIS que "*nas transmissões gratuitas, o imposto é devido sempre que os bens estejam situados em território nacional*", elencando-nos o n.º 4 desta norma o que se consideram bens situados em território nacional.

O Requerente refere que pretende transferir para Portugal os valores monetários a distribuir em resultado da liquidação do *trust* e depositá-los numa instituição com sede, direção efetiva ou estabelecimento estável em território nacional.

Ora, diz-nos a al. e) do n.º 4 do art.º 4.º do CIS que se consideram bens situados em território nacional, "*os valores monetários depositados em instituições com sede, direção efetiva ou estabelecimento estável em território nacional*".

Assim sendo, no caso em apreço, de acordo com as normas enunciadas, e partindo do pressuposto de que o Requerente se tornará residente em território português e de que a presente transmissão vai envolver a distribuição de valores monetários que serão depositados numa instituição bancária com sede em território nacional, a mesma estará sujeita a IS.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Para que haja sujeição a imposto em Portugal, é condição essencial que a situação fáctica se enquadre no CIS a nível de incidência objetiva, subjetiva e territorial.

Desta forma, em face do exposto, e porque se verificam os pressupostos de incidência objetiva, subjetiva e territorial, é de concluir que a situação colocada à apreciação, está sujeita a IS, à taxa de 10% sobre o valor resultante da liquidação do *trust* na parte referente ao Requerente, nos termos da verba 1.2 da TGIS.